

# Latinos pedem uma solução para dívida

19 DEZ 1985

externa

Montevideu — Os países endividados da América Latina reclamaram energicamente aos seus credores que melhorem o tratamento da dívida externa regional, ao mesmo tempo em que ameaçaram limitar as suas transferências de recursos, caso eles não levem em consideração um conjunto de medidas de emergência. O documento final da quarta reunião do Consenso de Cartagena, divulgado terça-feira à noite após dois dias de deliberações, inclui críticas ao Plano Baker e demonstra uma "inusitada firmeza marcada em torno de uma posição comum".

Os 11 países signatários do acordo traçaram um plano de emergência de nove pontos que delimita os caminhos para resolver nos campos políticos e financeiro a crise da grande dívida externa da região, que já supera os 370 bilhões de dólares. Entre os principais pontos figuram a redução das taxas de juros, a separação da dívida atual da futura, a fixação de um máximo de transferência indexadas a um mínimo de crescimento do Produto Interno Bruto e barreiras ao serviço da dívida em relação às receitas de exportação.

O plano, que inclui a criação de um comitê de acompanhamento das medidas previstas, pede aumento dos recursos dos organismos multilaterais de fomento e promove um sistema de discussões multianuais com o Clube de Paris, sem envolver a suspensão de novos créditos. Participantes da reunião disseram que a iniciativa conjunta é "uma capitalização política da posição dos EUA em Seul", que prevê uma injeção de 29 bilhões de dólares nos próximos três anos para 10 países da região.

As delegações coincidiram em classificar o Plano Baker como "passo positivo, mas insuficiente", e assinalaram que "representa o reconhecimento político que Cartagena sempre viu no problema da dívida". Disseram ainda que a iniciativa norte-americana significa abrir uma porta por onde a América Latina poderá introduzir os seus pontos de vista sobre como a questão deve ser encarada.

Na verdade, a proposta final foi anunciada implicitamente desde o início da reunião pelo presidente do Uruguai,

Julio Maria Sanguinetti, que ao inaugurar o encontro destacou a necessidade de que os credores "compreendam a situação de emergência da região". O presidente advertiu que sem um tratamento político, que desemboque numa solução justa, as emergentes democracias latino-americanas, após longos períodos ditatoriais, "vão sofrer as consequências".

Classificado também de resposta não convencional, o Plano Baker permitiu que os países de Cartagena formulassem uma dura contra-proposta que ilustra a sua posição nas futuras negociações com os credores. Circulos financeiros comentaram que este endurecimento "não foi fruto de uma decisão impen-sada, mas do agravamento sofrido pelas economias da região desde 1984", ano da criação do consenso regional. O próprio Sanguinetti reiterou a análise ao assinalar que Cartagena ganhou o seu espaço político por seu "rigor, independência de critérios e alto nível", enquanto o chanceler mexicano, Bernardo Sepúlveda, opinou que o conjunto de medidas propostas pelos latino-americanos mostrou a "sua capacidade de resposta para proporcionar os seus mecanismos, sistemas e ações que permitam superar a delicada crise que enfrentam".

Segundo os analistas, os bancos internacionais e os organismos multilaterais de créditos deverão agora responder às propostas de Cartagena, continuando de um diálogo que desta vez permitiu à América Latina usar uma das suas principais armas, senão a única: o consenso. As mesmas fontes advertiram que um dos parágrafos finais da declaração exigirá uma profunda reflexão dos credores, ao antecipar os instrumentos que os latino-americanos poderão usar caso suas reivindicações sejam interpretadas ou tenham resposta insatisfatória. O trecho em questão diz textualmente: "Caso não se adote o conjunto de medidas proposto, a região será presa de uma situação de extrema gravidade que a obrigará necessariamente a limitar as suas transferências de recursos para evitar maior instabilidade social e política passível de reverter os processos de consolidação democrática".